

Resumo:

Volta ao Começo: demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil analisa o diálogo dos povos indígenas com o Estado nacional brasileiro, tomando como objeto central de estudo a participação dos índios nos processos demarcatórios de terras ocupadas por grupos étnicos, reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro como “terras indígenas”. A partir do enfoque teórico-conceitual que orienta a Tese, a participação indígena no processo de reconhecimento de suas terras é analisada sob dois ângulos: primeiro, considerando as iniciativas indígenas como realidades étnicas capazes de inovar as relações interétnicas historicamente estabelecidas entre o Estado nacional e os povos indígenas, e, segundo, considerando o desperdício do conhecimento indígena, acarretado pela institucionalização das realidades étnicas em programas de ação estatal, como expressão do processo de regulação social imposto aos grupos étnicos.

A expressão “Volta ao Começo” corresponde à condição étnica da qual os indígenas foram distanciados política e culturalmente pelas relações coloniais que subordinam os povos indígenas à condição de civilizações e sociedades negadas, de culturas subordinadas ao paradigma da modernidade ocidental e de populações condenadas a mais completa exclusão social. Negação, subordinação e exclusão, situações nas quais se abrem apenas as portas mais inferiores de participação na vida nacional às sociedades, culturas e populações “integradas”/“aculturadas”, e que no caso do Brasil se expressam inicialmente pela invasão e ocupação portuguesa e, posteriormente, pela hegemonia do Estado brasileiro, representante do projeto civilizacional europeu imposto ao Novo Mundo com o chamado “Descobrimento”. Assim, “Volta ao Começo” corresponde a uma postura étnica alimentada pelas lutas indígenas que permitem aos grupos étnicos indígenas continuarem a ser o que sempre foram – cultural, social, política e epistemologicamente – apesar de todas as formas de regulação social e de homogeneização cultural a que são continuamente submetidos.

No conjunto das iniciativas efetivadas pelo movimento indígena organizado que a partir dos anos 1970 impulsiona o processo crescente de reafirmação étnica no Brasil, o reconhecimento oficial das terras ocupadas pelos grupos locais como “terras

indígenas” se apresenta com a principal reivindicação dos diferentes povos e se configura como o mais importante elemento de aglutinação etnopolítica para as lutas indígenas.

Volta ao Começo: demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil assinala, por um lado, as mobilizações implementadas pelos próprios índios para a demarcação de suas terras como uma das contribuições mais positivas para a construção de uma nova forma de organização política, portanto um novo tipo de Estado nacional, que na opinião de vários analistas está em construção, impulsionada, não exclusivamente, mas muito fortemente, pelas lutas dos povos indígenas da América Latina, o que significa dizer pelos sistemas sociais, políticos e epistemológicos dos grupos étnicos que ainda hoje continuam a existir em toda a sua força e eficácia, apesar dos mais de quinhentos anos de regulação hegemonia imposta pela “conquista”. Por outra parte, alerta para o risco de anulação da emancipação social presente nas iniciativas étnicas quando estas são submetidas à regulação social pelo Estado para a sua implementação como políticas públicas destinadas aos povos indígenas. Embora o desperdício das experiências indígenas esteja sempre presente nas relações mantidas entre os órgãos e entidades públicas e organizações indígenas, Volta ao Começo: demarcação emancipatória de terras indígenas no Brasil procura fugir ao pessimismo, apoiando-se na resistência indígena como elemento de afirmação da possibilidade emancipatória das lutas etnopolíticas empreendidas pelos povos indígenas no Brasil.

Palavras-chave: Povos indígenas; terras indígenas; demarcação de “Terras Indígenas”; Estado nação e povos indígenas; institucionalização das realidades étnicas.

Abstract:

Back to the Beginning: emancipatory demarcation of indigenous lands in Brazil analyzes the relationship of indigenous peoples with Brazilian National state, taking as the main point the study of indigenous participation in the democratic processes of occupied lands by ethnic groups officially recognized by Brazilian government as “Indian lands”. From the theoretical and conceptual approach that guides this Dissertation, indigenous participation in this process of recognition of their lands is analyzed from two views: first, considering indigenous initiative such as ethnic realities able to innovate historically interethnic relations between the state and the national indigenous peoples; second, considering the waste of indigenous knowledge due to institutionalization of ethnic realities in the state policies as an expression of the social regulation imposed on ethnic groups.

The expression “back to the beginning” means the ethnic condition in which Indians were politically and culturally distanced by colonial relations that subordinate indigenous peoples to the condition of civilizations and denied societies, which means subordinated cultures to the paradigm of western modernity as well as sentenced to more complete exclusion. Denial, subordination and exclusion are situations that open the doors just to the nonsense participation in national societies. “Integrated”/ “acculturated” cultures and populations that, in Brazil express invasion, Portuguese occupation and subsequently Brazilian hegemony, representative of European civilization, a project to the new World, which was called “discovery”. So “Back to the beginning” points out ethnic indigenous groups to be what they used to be, taking into consideration the following aspects: cultural, social, political and epistemological, in spite of all forms of social regulation and cultural homogenization that these peoples have been continuously subjected.

The indigenous initiative as a whole, has been positive on ethnic since 1970s, taking into consideration the process of ethnic reaffirmation in Brazil. The official recognition of the lands occupied by local groups as “Indian lands” means the main right of the different peoples configures itself as the most important element for indigenous struggles.

Back to the beginning: emancipatory demarcation of indigenous lands in Brazil, marks the mobilization implemented by the Indians for demarcating their lands as one of the most positive contributions for the construction of a new form of political organization. Hence, a new type of national state, that according to several analysts it is under construction, as a meaningful struggle of indigenous peoples in Latin America, which means the social, political and epistemological ethnic groups that still exist, in spite of more than five hundred years of regulation hegemony imposed by “conquest”. On the other hand, it calls attention to the risk of annulations of the social emancipation in the ethnic initiatives when they are submitted to the social regulation imposed by the State as public policies on indigenous peoples. Although the waste of indigenous experience has been always present in the relationships between agencies and public indigenous organizations demarcation of indigenous lands in Brazil seeks for escaping the pessimism, relying on indigenous resistance as an affirmation of emancipatory possibility of the ethnopolitical undertaken by indigenous peoples in Brazil.

Keyword: Indigenous peoples, indigenous lands; demarcation of “Indian Lands”; Nation-state and indigenous peoples; institutionalization of ethnic realities.